

O DIREITO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO PARA PASSAGEIROS E CARGAS LEVES NA NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM BRASILEIRA

Eduardo Antonio Temponi Lebre



PROJETO DE PESQUISA ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL SANTOS 2015

Eduardo Antonio Temponi Lebre
Universidade Federal
de Santa Catarina

O DIREITO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO PARA PASSAGEIROS E CARGAS LEVES NA NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM BRASILEIRA



Palavras-chave

Direito, regulação, empreendimento, transporte, cabotagem, passageiros

Sigla

DTAQUA

Instituição Executora

Universidade Católica de Santos
(UNISANTOS)

Supervisora

Prof^a. Dr^a. Eliane Maria Octaviano Martins do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNISANTOS

RESUMO

A pesquisa objetiva caracterizar a viabilidade e a sustentabilidade de se transportar passageiros e cargas leves na navegação de pequena cabotagem, que é aquela realizada no tráfego marítimo mercantil entre os portos brasileiros, não se afastando a embarcação mais de 20 (vinteww) milhas da costa, e fazendo escala em portos cuja distância não exceda de 400 (quatrocentas) milhas e a navegação realizada com fins comerciais entre a costa brasileira e as ilhas oceânicas brasileiras; o planejamento de transporte multimodal, a integração com outros meios de transporte, o direito, o ordenamento jurídico, a livre iniciativa, a concorrência, o consumidor, a economia de mercado, a administração pública e privada, o setor de empregabilidade, os seguros e os contratos, a macroeconomia e a microeconomia, os investimentos nacionais, a tecnologia e segurança, ampliação de condições de oferta de ensino de ciências náuticas, uma mudança de paradigma cultural sobre transportes e a sua educação para navegação visando à transformação infraestrutural urbana para as cidades com portos para navios ro-pax.

SOBRE A PESQUISA

Em razão da importância do transporte público para as pessoas exercerem seus direitos à Livre Circulação no território nacional, necessariamente, abrangerem ações estatais visando à melhor eficiência na mobilidade humana e a relação destas ações com a livre iniciativa, os aspectos concorrenciais, a regulação, a segurança, o consumidor, o meio ambiente, a indústria, as universidades, os institutos de pesquisa e a cultura, o problema que envolve esta pesquisa começa pela identificação de situações notórias sobre o transporte aquaviário brasileiro, que despertam atenção em relação ao contexto nacional e a sua comparação com outros países.

SOBRE O AUTOR

Professor Associado III no Curso de Graduação em Direito e no Programa de Pós-graduação em Oceanografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Direito na Área de Filosofia e Teoria do Direito (UFSC). Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Especialista em Direito Empresarial (UFSC). Bacharel em direito (PUCSP). Coordenador dos Núcleos AQUASEG e AQUALAB do Laboratório de Estudos em Direito Aquaviário e Ciência da Navegação (UFSC). Conductor de Embarcação de Estado no Serviço Público (ECSP/DPC). Aquaviário habilitado (MAC/DPC). Advogado (OAB/SC).



LABORATÓRIO DE ESTUDOS EM DIREITO AQUAVIÁRIO E CIÊNCIA DA NAVEGAÇÃO AQUASEG/AQUALAB

CAMPUS UNIVERSITÁRIO UFSC REITOR JOÃO DAVID
FERREIRA LIMA CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Sala 310 - 88040-900 – Florianópolis - Santa Catarina - Brasil
+ 55 (48) 37216743

eduardo.lebre@ufsc.br | aquaseg@contato.ufsc.br
(12) 99159-0110 ou (48) 9963-5429
<http://www.aquaseg.ufsc.br/>



PROGRAMA NACIONAL DE
PÓS-DOUTORADO (PNPD/CAPES)



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS